

Cascavel, 21 de agosto de 2023.

Referência: Processo e-protocolo nº 20.427.588-2
Pregão Eletrônico 0169/2023 – UNIOESTE/HUOP

Ementa: Análise de pedido de impugnação em face de exigências editalícias

I - DOS FATOS

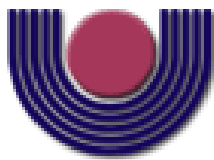
Trata-se de pedido de esclarecimento enviado pela empresa **Anesthemedic Serviços Em Saúde Ltda**, CNPJ. nº CNPJ sob o nº 28.821.953/0001-30, na licitação cujo objeto é o Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por lote, objetivando a aquisição de equipamentos médicos para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP.

Tratando-se de análise técnica, os fatos relatados pela empresa impugnante foram encaminhados para apreciação da Equipe Técnica, cuja é a competência.

Passaremos aos esclarecimentos e manifestações do que compete à análise da Equipe Técnica. Considerando que a pregoeira não detém conhecimento técnico específico para julgar os quesitos técnicos exigidos em Edital, daí a necessidade de segregar as competências no processo licitatório resguardando o fiel cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.

Para isso, encontramos amparo no Acórdão 135/2005 Plenário: “É obrigatório que a Comissão Permanente de Licitação não delegue competências exclusivas de sua alçada, tais como habilitação e julgamento das propostas, para outras unidades da empresa, conforme preconiza o art. 6º, inciso XVI, c/c o art. 45, todos da Lei 8.666/1993, ressalvada a possibilidade de solicitar parecer técnico ou jurídico relativo à matéria submetida à sua apreciação.”

Corroborado pelo Acórdão 1182/2004 Plenário: “Possibilite a participação de profissionais legalmente habilitados na Comissão de Licitação, sempre que a especificidade do objeto assim o justifique, em cumprimento do disposto no art. 51 da Lei 8.666/1993.”



Neste sentido, o instrumento convocatório aponta que qualquer esclarecimento e informações sobre amostras, catálogos, e ainda especificações técnicas dos produtos são de atribuição da equipe técnica.

Dito isto, segue parecer emitido pela equipe técnica:

“Processo nº. 20.427.588-2.

Pregão Eletrônico nº. 0169/2023 – Unioeste/HUOP.

Assunto: Resposta a impugnação de edital de licitação – Empresa ALPHAMED SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA – EPP.

Essa empresa já trabalhou conosco

Em que pese a lei utilizada para realização de impugnação se tratar de legislação antiga, a qual veio a ser substituída pela Lei 14.133 de 2021, faremos análise do presente.

Frente a interposição de Impugnação do Edital de Licitação constante no processo nº. 20.427.588-2, Pregão Eletrônico nº. 0169/2023, a equipe técnica vem por meio deste, através do Gestor e Fiscal de Contrato, apresentar resposta a impugnação, nos seguintes termos:

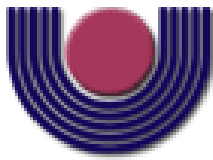
Quanto ao item II – EXIGÊNCIAS INDEVIDA DE CAPACIDADE TÉCNICO - PROFISSIONAL PARA FINS DE HABILITAÇÃO.

R: Após análise das justificativas e demais documentos apresentados, acolhemos e deferimos o pedido em questão, para que as exigências das cláusulas 11.3.1.8 e 11.3.1.9 do Edital, sejam necessárias somente para a contratação, ou seja, como requisito para a execução contratual e não como exigência para habilitação no certame.

Atenciosamente;

Cascavel, 21 de agosto de 2023.

Dr. Vilson Dalmina
Diretor Técnico do HUOP
CRM nº. 14897
Portaria nº3139-2020-GRE



Dr. Sérgio Nascimento Pereira
Assessor Técnico
CRM nº. 08180
Portaria nº3253-2020-GRE”

Estes são os fatos apresentados.

Portanto, analisando a alegação da empresa impugnante, o parecer emitido pela equipe técnica e a análise dos autos, verifica-se haver necessidade de alteração parcial do Termo de Referência quanto aos apontamentos acima especificados pela equipe técnica.

II – CONCLUSÃO

Diante do exposto, recebo a presente impugnação, por ser tempestiva, dando-lhe provimento.

Assim, o edital será republicado com data a ser divulgada.

Andressa Folchini
Pregoeira